

1 ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA
2 HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - CEIVAP DO ANO DE 2007, realizada no dia doze de fevereiro
3 de 2007, no auditório da AEDB, em Resende - RJ. Aos doze dias do mês de fevereiro de 2007, com a presença de
4 47 membros do Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e 10 convidados (conforme
5 relação de presença no final desta Ata) e justificadas as ausências, conforme relação também apresentada no final
6 da Ata, teve início a reunião presidida pelo Presidente do CEIVAP, Sr. Marco Aurélio de Souza (PM Jacareí/SP),
7 com a seguinte Ordem do Dia: 1- Leitura e aprovação da Ata da última reunião (11/12/2006); 2- Informes da
8 Secretaria Executiva; 3- Apresentação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul – COPPETEC; 4-
9 Processo Eleitoral 2007-2009; 5- Planejamento Estratégico – Plano de Trabalho; 6- Relatório do Contrato de
10 Gestão e Prestação de Contas – 2º semestre/2006; 7- Pedido de vistas pelo representante da FIEMG – GT
11 Macrófitas e Produtor de Águas; 8- Recursos DEMSUR; 9- Assuntos Gerais. Atingido o quórum, o presidente do
12 CEIVAP, Sr. Marco Aurélio de Souza (Prefeitura de Jacareí/SP), abriu a reunião submetendo a Ata da reunião
13 anterior à apreciação do Plenário. O Sr. Fernando Lino (Light/RJ) solicitou que fosse incluído seu nome na relação
14 das justificativas de ausência, que não consta da Ata, sendo que ele, comprovadamente, justificou seu não
15 comparecimento. O Sr. Paulo Jorge Xavier de Souza, representante da FUNDENOR/RJ, pediu que, na linha 81,
16 fosse corrigido o nome do presidente da FUNDENOR, que se chama Eraldo Barcelar e não Geraldo como consta
17 na Ata. Feitas essas correções a Ata foi aprovada. Em seguida, a Secretária Executiva do CEIVAP, Sra. Maria
18 Aparecida Vargas (Cat-Leo), deu os seguintes informes: o novo representante da Prefeitura de Juiz de Fora/MG é o
19 Sr. Noraldino Lúcio Dias Júnior, Superintendente da AGENDA-JF (Agência de Gestão Ambiental de Juiz de Fora);
20 e o representante da CEMIG/MG passa a ser o Sr. Alexander Gonçalves da Silva. Ela informou, ainda, que o Sr.
21 João Clímaco Soares de Mendonça, representante do Conselho Popular de Defesa dos Direitos Humanos do Bairro
22 Felicidade (em Belo Horizonte/MG) no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em reunião do CNRH, pediu
23 vistas à renovação do Contrato de Gestão ANA/AGEVAP, tendo, posteriormente, após negociação direta com o
24 diretor da Agência Nacional de Águas, Sr Oscar Cordeiro, retirado o pedido de vistas, mas solicitou uma prestação
25 de contas sobre a arrecadação e aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul,
26 com detalhamento de gastos com os programas. Foi informado ao Sr. Clímaco que a aplicação dos recursos da
27 cobrança na bacia do Paraíba do Sul encontrava-se no site do CEIVAP à disposição, porém ele não ficou satisfeito
28 e continua a cobrar o detalhamento das contas da AGEVAP. Ficou decidido que deverá ser enviado um ofício ao
29 Sr. João Clímaco, informando, novamente, que encontram-se disponíveis no site do CEIVAP, todas as
30 informações por ele solicitadas. O Sr. Antônio Francisco (Consórcio do Rio Muriaé/MG) pediu a intervenção do
31 CEIVAP na bacia do rio Muriaé, que está sofrendo as conseqüências do acidente ocorrido recentemente, quando o
32 reservatório da Mineradora Rio Pomba - Cataguases rompeu, despejando toneladas de dejetos no rio Muriaé.
33 Segundo o representante do Consórcio do Muriaé, os dejetos continuam sendo lançados no rio que permanece
34 vermelho; houve mortandade de peixes; a plantação acabou nas margens. De acordo com seu relato, são 600 mil
35 habitantes sofrendo as conseqüências do desastre ambiental. Ele pede providências do CEIVAP. A Sra. Maria
36 Aparecida Vargas relatou que, na ocasião do acidente, os Secretários de Meio Ambiente dos Estados de Minas
37 Gerais e do Rio de Janeiro, a presidente da SERLA e o presidente do IGAM se reuniram no Rio de Janeiro para
38 discutir as providências a serem tomadas; a Sra. Aparecida Vargas e a Sra. Eliane Barbosa participaram dessa
39 reunião, representando o CEIVAP e a AGEVAP, respectivamente. A Secretária Executiva do CEIVAP esclareceu,
40 no entanto, que o CEIVAP não tem recurso disponível para situações emergenciais. Ela propôs que seja
41 incorporado no Plano da Bacia do Rio Paraíba do Sul, que vai definir ações para aplicação dos recursos de 2007,
42 um levantamento da situação atual dos barramentos/barragens na área da bacia. Informou que foi solicitado pela
43 Presidente da SERLA, Dra Marilene Ramos, que seja agendada uma reunião entre CEIVAP, AGEVAP, ANA,
44 Secretarias de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, SERLA e IGAM, para estudar
45 proposições de enfrentamento de situações emergenciais como essa. Após os informes, a representante do
46 DEMSUR – Muriaé/MG, Sra Maria Aparecida Muruci Monteiro, propôs uma inversão de pauta, colocando o item
47 8 em terceiro lugar. Acatada a inversão pelo Plenário, passou-se a palavra à Sra. Maria Aparecida Muruci
48 Monteiro, representante do DEMSUR – Departamento Municipal de Saneamento Urbano de Muriaé (MG), que
49 apresentou a situação problemática enfrentada pelo órgão, com a demora de pagamento, pela Caixa Econômica
50 Federal, das parcelas do contrato de repasse, pela AGEVAP, de recursos da cobrança pelo uso da água. A técnica
51 do DEMSUR relatou as etapas do andamento do contrato, e informou sobre as intermináveis exigências feitas pela
52 CAIXA, o que acarretou no aumento dos prazos previstos para execução da obra, imprimindo um ritmo muito
53 lento, que está acarretando prejuízos de toda ordem para o DEMSUR e também para a empresa executora do
54 projeto. O Plenário decidiu que esta questão seja encaminhada para as Câmaras Técnicas Institucional e de
55 Planejamento e Investimento, que deverão fazer uma avaliação do desempenho da CAIXA e também da AGEVAP,
56 para saber onde está emperrando. Foi questionado se a Caixa Econômica seria o melhor agente financeiro. Fazendo
57 uso da palavra, o Sr. Flávio Simões, Coordenador Técnico da AGEVAP, lembrou que o recurso da cobrança é
58 tratado como recurso da União e, como tal, está sujeito às suas regras (OGU) e que qualquer outra instituição
59 financeira terá que também dar a mesma tratativa ao recurso. A Sra. Eliane Barbosa ponderou que não é tão fácil
60 encontrar outros agentes financeiros, pois, por força do Contrato com a ANA, a AGEVAP não pode contratar

61 instituição privada; e o Banco do Brasil, pelo que a Diretora da AGEVAP foi informada, não teria expertise para
62 administrar esse tipo de contrato. Ela adiantou que está fazendo uma sindicância para saber quem, ou qual o órgão,
63 está sendo responsável pelos atrasos na liberação dos recursos (a AGEVAP, a CAIXA, ou ambos?). Dando
64 seqüência à pauta, o Sr. Jander Duarte, representando a equipe da Fundação COPPETEC/ UFRJ, contratada pela
65 AGEVAP para fazer a atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul, fez a apresentação
66 do resumo do Plano elaborado para o período de 2007 a 2020, no qual se norteará o Programa de Investimentos
67 para a recuperação da bacia, orçado em R\$ 4,6 bilhões. O técnico da COPPETEC explicou que o Plano contempla
68 ações de gerenciamento de recursos hídricos, incluindo sistema de informação, mobilização, comunicação,
69 capacitação técnica e educação ambiental (custo: R\$ 67 milhões 100 mil); recuperação da qualidade ambiental,
70 através da redução de cargas poluidoras, drenagem urbana e controle de cheias (R\$ 3 bilhões 150 milhões); e
71 proteção e aproveitamento dos recursos hídricos, através da racionalização de uso, proteção de mananciais e
72 sustentabilidade no uso do solo (R\$ 1 bilhão 380 milhões). O Sr. Jander Duarte informou que foram produzidos dez
73 relatórios, sendo o R10 o documento final, Resumo Consolidado, que contém o diagnóstico da bacia, as
74 proposições de ações e intervenções para sua recuperação, abrangendo os seguintes componentes: esgotamento
75 sanitário, usinas hidrelétricas, arcabouço institucional, processo participativo, vegetação e uso do solo associado
76 aos mananciais, resíduos sólidos e disponibilidade hídrica. Foram elaborados, ainda, nove Cadernos de Ações com
77 propostas de intervenções por região, contemplando os seguintes trechos do rio Paraíba do Sul e sub-bacias: trecho
78 Paulista, trecho da Usina Hidrelétrica de Funil a Três Rios (RJ), sub-bacia do rio Paraibuna mineiro, sub-bacia do
79 rio Piabanha, sub-bacia do rio Pomba, sub-bacia do rio Muriaé, sub-bacia do rio Dois Rios, trecho de Três Rios a
80 Itaocara, trecho de Itaocara até a foz do Paraíba do Sul. Todo esse material está disponível no site do CEIVAP.
81 Temas que foram atualizados: vegetação e uso do solo; e saneamento ambiental. Com relação a esse aspecto, foi
82 feita uma avaliação em sub-bacias, identificando as áreas críticas. Na área do saneamento ambiental selecionaram-
83 se 20 municípios que tiveram seus dados atualizados, para serem contemplados com ações de esgotamento
84 sanitário. O técnico da COPPETEC informou, ainda, sobre as ações consideradas relevantes no Programa de
85 Investimentos, quais sejam: 1- Elaboração de projetos básicos e execução de ações estruturais de saneamento
86 ambiental, com ênfase nos sistemas de esgotamento domésticos e também em controle de inundações e resíduos
87 sólidos; 2- Complementação dos Cadernos de ações locais de cada uma das nove sub-bacias do Paraíba do Sul, por
88 meio de processo participativo; 3- Ação de recuperação de áreas degradadas e de controle de erosão em áreas que
89 afetem mananciais de núcleos urbanos da bacia. 4- Ações de proteção de mananciais e conservação de nascentes; 5-
90 Manutenção do convênio de cooperação entre a CPRM e ANA que contempla uma rede piloto de monitoramento
91 da qualidade e quantidade de água; 6- Consolidação dos levantamentos e estudos realizados sobre a ocorrência de
92 plantas aquáticas, com ênfase nas macrófitas (capim capituva), e sobre a gestão integrada de água e floresta;
93 elaboração de programa piloto relativo ao tema Produtor de Água. Na seqüência, passou-se ao item da pauta
94 Processo eleitoral CEIVAP 2007-2009, cujas inscrições abriram-se no dia 2 de fevereiro e encerram-se no dia 23,
95 com divulgação no site do CEIVAP e em jornais dos três estados da bacia. Foram comunicadas as seguintes
96 mudanças no processo eleitoral: o fórum eleitoral dos usuários de São Paulo mudou do dia 13 para 14 de março; e o
97 local de realização será no CIESP de São José dos Campos; o fórum dos usuários do Rio de Janeiro será na sede da
98 FIRJAN, no Rio; e o fórum das organizações civis do Estado do Rio acontecerá na sede da ABES-Rio, também no
99 Rio de Janeiro. A data do fórum das organizações civis de São Paulo mudou para o dia 17/03. A Sra. Patrícia
100 Boson (FIEMG/MG) solicitou correção de redação nos itens 8 e 11 do Edital de convocação do processo eleitoral
101 do CEIVAP. No item 8, onde está escrito: "...se fazendo representada"..., substituir por: "...se fazerem
102 representadas"....No item 11, na 3ª linha, acrescentar a frase "quando couber", antes de "mediante a apresentação de
103 seu Contrato Social e Estatuto"... A Sra. Eliane Barbosa informou que, no dia 13 de março, haverá o lançamento do
104 kit da Fundação Roberto Marinho/ANA – "Caminho das Águas", que inclui o vídeo sobre as quatro principais
105 bacias hidrográficas do Brasil, entre elas a do rio Paraíba do Sul. Em seguida, o Presidente do CEIVAP chamou o
106 consultor Sr. Francisco José Lobato da Costa, para apresentar o plano de trabalho do Planejamento Institucional
107 Estratégico e Estruturação do Sistema CEIVAP-AGEVAP, que será coordenado por ele juntamente com outro
108 consultor, Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor. O Sr. Francisco Lobato descreveu as atividades a serem
109 desenvolvidas, que incluem a sensibilização dos principais interlocutores; a sistematização dos principais desafios e
110 dificuldades inerentes ao Sistema de Gestão da Bacia do Paraíba do Sul; a proposta de uma estratégia institucional
111 e definição das missões do CEIVAP e da AGEVAP; o desenho da estrutura organizacional e operativa para
112 conjunto CEIVAP – AGEVAP; a modelagem financeira do sistema de gestão; o modelo de gestão de pessoas;
113 propostas de ações de capacitação e treinamento. A Sra. Aparecida Vargas aproveitou para lembrar que, nos dias 6
114 e 7 de março, será realizada, no Rio de Janeiro, a Oficina Coletiva para o Planejamento Estratégico, com a
115 participação das diretorias do CEIVAP e da AGEVAP, do Grupo de Acompanhamento integrado por membros do
116 CEIVAP, do Grupo de Trabalho composto por conselheiros do Conselho de Administração da AGEVAP, dos
117 coordenadores das Câmaras Técnicas do CEIVAP, além de representantes dos órgãos gestores de recursos hídricos
118 (ANA,IGAM, SERLA e DAEE). Dando continuidade à pauta, o Sr. Hendrik Mansur, Coordenador de Gestão da
119 AGEVAP, fez a apresentação do 5º Relatório sobre a Execução do Contrato de Gestão ANA-AGEVAP (Contrato
120 014/ANA/2004), relativo ao período do 2º semestre de 2006. Ele informou que, no Indicador 1 (Disponibilização

de Informações), a AGEVAP tem indicação para uma nota 10. No 2º semestre de 2006, foi registrada a média mensal de 3.596 consultas à página eletrônica do CEIVAP, superando a meta que é de 1.800. Quanto ao Indicador 2-A (Planejamento e Gestão – Publicação sobre a situação da bacia), o Coordenador de Gestão informou que foi publicada a revista *Pelas Águas do Paraíba*, que deverá ser distribuída em março. Nesse Indicador, a nota estimada também foi 10. Estas foram as notas nos demais indicadores: Indicador 3: Cobrança pelo uso da água - nota 9,69; Indicador 4: Gerenciamento interno – nota 10; Indicador 5: Reconhecimento social – nota 8; Nota geral - 9,4; Conceito geral - ótimo. Na seqüência, o Sr. Hendrik Mansur apresentou a prestação de contas da AGEVAP, exercício 2006, cuja síntese é a seguinte: Total recurso financeiro em 2006: R\$ 19.810.099,63 (referente a saldo financeiro de 2005: R\$ 11.811.186,25 + Repasse ANA: R\$ 6.558.795,50 + Outras receitas: R\$ 4.817,47 + Rendimento financeiro: R\$ 1.435.300,41). Do total de recurso financeiro em 2006, foram desembolsados pela AGEVAP o valor de R\$ 2.980.004,86 mais o valor de R\$ 34.201,14 em imobilizado, resultando em um desembolso contábil total de R\$ 2.980.290,31, e em um saldo contábil de R\$ 16.829.809,32 e um saldo financeiro de 16.830.094,77, tendo em vista que haviam dois cheques em trânsito no valor total de R\$ 284,75 e um pagamento realizado a menor no valor de R\$ 0,70. O Coordenador de Gestão informou que o valor total comprometido com projetos hierarquizados pelo CEIVAP é de R\$ 18.710.226,25, superior ao saldo financeiro, e que a diretoria da AGEVAP está trabalhando com fluxo de caixa, conforme demanda do CEIVAP e do Conselho de Administração da AGEVAP e, principalmente, após a inclusão do Parágrafo Terceiro, Cláusula Décima-Primeira do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 14/ANA/2004, onde consta que, em caso de rescisão do contrato de gestão, a ANA será instituída como titular em todos os contratos vigentes firmados pela AGEVAP. Por fim, colocando em discussão o último item da pauta, o Presidente do CEIVAP chamou a representante da FIEMG/MG, Sra. Patrícia Boson, para apresentar as justificativas do pedido de vistas do item de pauta da última reunião do CEIVAP, de 11/12/2006, relativo às minutas de deliberação para criação dos Grupos de Trabalho Produtor de Água e Macrófitas. A representante da FIEMG ressaltou que o pedido de vistas foi motivado pela necessidade de aperfeiçoar e assim fortalecer a ação proposta nessas duas minutas de deliberação. Com relação à proposta de criação do **GT Produtor de Água**, a principal justificativa foi que, da forma como está na minuta de deliberação, estaria se privilegiando apenas “um conceito, um modelo, ou um conjunto de mecanismos e critérios, sem sequer ter a oportunidade de conhecer e avaliar outras experiências e, dessa forma, poder optar por aquela que fosse melhor para a bacia do Paraíba do Sul”. A segunda justificativa apresentada pela Sra. Patrícia Boson foi de que a minuta apresentada necessita de melhoria na redação “para alcançar maior consistência na deliberação proposta”. Após as justificativas, ela apresentou outra proposta de redação da referida Deliberação, com a seguinte Ementa: “Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de discutir e desenvolver mecanismos e critérios de incentivo a atividades, no meio rural e urbano, que envolvam ações de conservação, proteção e uso racional das águas na bacia do rio Paraíba do Sul”. E o Art. 1º assim redigido: “Fica autorizado a instituição, no âmbito das Câmaras Técnicas de Planejamento e Investimento e de Educação Ambiental, de um Grupo de Trabalho – GT, com o objetivo de discutir e desenvolver mecanismos e critérios, para aprovação pelo CEIVAP, de incentivo a atividades, no meio rural e urbano, que envolvam ações de conservação, proteção e uso racional das águas na bacia do rio Paraíba do Sul”. A nova redação proposta pela FIEMG foi aprovada pelo Plenário, com a ressalva de que se acrescente na redação da Ementa e do Artigo 1º que os mecanismos e critérios estabelecidos para incentivo a atividades voltadas para a conservação da água, devem estar em consonância com o que for definido sobre o tema no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, ora em fase de atualização. Quanto à minuta de Deliberação que trata da instituição do **Grupo de Trabalho Macrófitas**, o pedido de vistas foi assim justificado pela representante da FIEMG, no documento entregue aos membros do CEIVAP: 1- “O problema da proliferação de macrófitas, embora flagrante e grave, especialmente no rio Paraíba do Sul, não é de simples diagnóstico e solução (...) Na vontade política de agir com a aplicação de medidas de impacto, pode ocorrer uma decisão equivocada ao se investir recursos financeiros (...) em soluções que não têm sustentabilidade, ocasionando o retorno do problema no médio ou curto prazo (...) e adiando a possibilidade de se implantar soluções definitivas, que podem e devem ter investimentos oriundos de outras fontes de financiamento” (...); 2- Embora São Paulo seja o Estado que mais sofre com o problema, a questão das macrófitas não está restrita a esse Estado. No entanto, na Agenda de Compromisso que acompanha a Deliberação proposta, “apenas o Estado de São Paulo discutiu e propôs os compromissos”. Feita a justificativa, a Sra. Patrícia Boson apresentou a nova redação proposta pela FIEMG para a referida Deliberação, com a seguinte Ementa: “Institui o Grupo de Trabalho Permanente Macrófitas”; e tendo o Artigo 1º assim redigido: “Fica instituído, no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento e Investimento, o Grupo de Trabalho Permanente com o objetivo de desenvolver, propor e acompanhar a implementação das ações para a solução do problema de proliferação de macrófitas no rio Paraíba do Sul, tendo como funções básicas: (...)” Concluída a apresentação da Sra. Patrícia Boson, o sr Edilson de Paula Andrade (SERHS/SP) pediu a palavra e disse não entender mais a necessidade de criação deste grupo, uma vez que o estado de São Paulo já havia equacionado essa questão, no que foi questionado pela sra Patrícia Boson então o porquê da proposta de um Grupo de Trabalho Permanente. O Presidente Marco Aurélio de Souza fez o seguinte encaminhamento: que o Plenário aprove essa minuta de deliberação com a redação proposta pela FIEMG, com a alteração sugerida pelo Sr. Rui Brasil (Secretaria de Estado de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento/SP) de que seja tirada do Grupo de Trabalho a qualificação de

181 **permanente;** e complementada pela proposta do Sr. Marcos Martinelli (Secretaria de Estado de Abastecimento e
182 Agricultura/SP), de que se estabeleça o tempo de atuação do GT Macrófitas, de acordo com o que está previsto
183 para esse tema no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul. A Deliberação foi aprovada na forma do
184 encaminhamento. Em assuntos gerais, o Sr. Manoel Otoni Neivas (CFLCL/MG) destacou a importância da
185 iniciativa da AGEVAP de desenvolver programa de mobilização e integração dos organismos da bacia; ressaltou o
186 sucesso do workshop de Itatiaia, realizado no mês de janeiro e disse acreditar que esse é o caminho para a gestão
187 participativa. A Sra. Ana Lúcia Bahia, representante da FEAM/MG, falou sobre o acidente ambiental ocorrido em
188 Muriaé; informou que a atividade da mineradora foi suspensa e a empresa terá que fazer a reparação. Ela informou,
189 ainda, que o órgão de controle ambiental de Minas Gerais já tem um levantamento sobre as barragens no rio
190 Paraíba do Sul e tem realizado vistorias nessas barragens. A Sra. Leila Heizer (CEDAE/RJ) protestou contra a
191 pouca importância que foi dada pelo Plenário do CEIVAP para o assunto do rompimento do reservatório da
192 mineradora, que poluiu o rio Muriaé. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e
193 declarou encerrada a reunião, tendo a presente Ata sido lavrada por mim, Virgínia Dias Calaes, secretária *ad hoc*, e,
194 depois de aprovada, será assinada pelo Presidente do CEIVAP, Sr. Marco Aurélio de Souza, e pela Secretária
195 Executiva, Sra. Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas.

196 **Ata aprovada na 1ª Reunião Ordinária do CEIVAP de 2007, realizada no dia 04 de abril de 2007.**

199 Marco Aurélio de Souza Maria Aparecida B.P. Vargas
200 Presidente do CEIVAP Secretária Executiva

201

202 LISTA DE PRESENÇA

203

204 Membros do CEIVAP

205 **Minas Gerais:** Ana Lúcia Bahia (FEAM); Heloise Brant representando Paulo Teodoro de Carvalho (IGAM);
206 Joaquim Arildo Borges (SEAPA); Joaquim Antônio dos Santos (IEF); Patrícia Boson representando Rafael Cunha
207 Nacif (FIEMG); Lúcia Helena Baldanza (UNIPAC) e representando Flávio Abdala do Amaral (Rodoviário Líder);
208 Maria Aparecida Muruci Monteiro representando João Paulo Goulart de Freitas (DEMSUR); Ricardo Stahlschmidt
209 Pinto Silva representando Marcelo Mello do Amaral (CESAMA; Maria Aparecida Pimentel Vargas (CAT-LEO);
210 Manoel Otoni Neiva (CFLCL); Alexander Gonçalves da Silva (CEMIG); Humberto Ferreira de Oliveira
211 (Consórcio do Rio Pomba); Antônio José Francisco (Consórcio do Rio Muriaé); Nayara Ferreira representando
212 Georgina Mucci (FUNCEC).

213

214 **São Paulo:** Rui Brasil (SERHS-titular); Edilson de Paula Andrade (SERHS – suplente); Marcos Martinelli
215 (SEAA); Luiz de Gonzaga Santos (PM Aparecida); Marco Aurélio de Souza (PM Jacareí); ... (assinatura ilegível)
216 representando Otacílio Rodrigues da Silva (PM Piquete); Cândido Menconi (FEMSA Brasil); João Marcelino da
217 Silva (Sindicato Rural de Monteiro Lobato); José Bosco de Castro (SABESP); João Alberto Cardoso de Oliveira
218 (CESP); Benedito Jorge dos Reis (FEMANT); Ana Maria de Gouvêa (Fundação Christiano Rosa).

219

220 **Rio de Janeiro:** Vera Lúcia Leite Saboya (SEINPE); Marilene Ramos (SERLA); Lincoln Botelho da Cunha (PM
221 Volta Redonda); Madalena Sofia Cardoso Oliveira (PM Barra do Piraí); Paulo César Moreno (Águas do Paraíba);
222 Leila Heizer dos Santos (CEDAE); Zenilson do Amaral Coutinho (ASFLUCAN); Maria Luiza Ferreira da Silva
223 representando Carlos Eduardo Macedo (ASSEMAE e SAAE-Três Rios); Renine César de Oliveira (SAAE-BM) e
224 representando Roosevelt Brasil Fonseca (AMPAS); Fernando Lino do Nascimento (Light); Sérgio Dias Canella
225 (Furnas); Isabel Cristina da Silva (SAAE Volta Redonda); ... (assinatura ilegível) representando Heitor Barreto
226 Correa (Itaocara Energia); Vera Lúcia Teixeira (Nosso Vale!Nossa Vida); Paulo Jorge Xavier de Souza
227 (FUNDENOR); Ninon Machado (Instituto Ipanema); Jander Duarte Campos (ABRH); Ricardo Aguiar da Silva
228 representando Marco Antônio Pinto Barbosa (Consórcio BNG2).

229

230 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Mauro Viegas (FIRJAN/RJ); Andréa Francomano (AASJC/SP); Maria Regina
231 de Aquino Silva (FVE/SP); João Rodrigues (FEMSA Brasil/SP); Adacto Ottoni (CREA-RJ); José Alfredo Sertã
232 (ABES/RJ), Roberto Lamego (Salveaserra/RJ); Lina Maria Aché (SMA/SP); Suleide Prado (Ong Vale Verde/SP);
233 Maria de Lourdes Davies de Freitas (IMAH/RJ).

234

235 Lista de presença de convidados:

236 Ana Cláudia Zamboti (PM Volta Redonda-COORDEMA/RJ), Paulo Valverde (CESAMA/MG), Fátima Casarin
237 (SERLA/RJ); José Luciano (DEMSUR/MG); Maristela Miranda (CESAMA/MG); Mônica Miranda Falcão
238 (SERLA/RJ); José Paulo (SERLA/RJ); Alisson Mateus D'Elías (SERLA/RJ); Mário Luiz da Silva (PM
239 Piquete/SP); Juarez de Magalhães (assessor Dep. Inês Pandeló/RJ).

Resende, 12 de fevereiro de 2007